



Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Federal **Zeca Dirceu** PR/PR

OFÍCIO Nº 480/2025 – GAB/ZD

Brasília, 24 de novembro de 2025.

Exmo Senhor

GABRIEL MURICCA GALÍPOLO

Diretor Presidente do Banco Central do Brasil

Brasília - DF

Assunto: Pedido de informações sobre acordo de leniência e procedimentos sancionadores envolvendo operações de câmbio associadas ao ex-presidente Roberto Campos Neto

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, venho, por meio deste, expor o que segue:
Nos termos das prerrogativas parlamentares de fiscalização e controle da Administração Pública, previstas nos arts. 49, X, e 50, caput, da Constituição Federal; no art. 27, II e III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados; e considerando o dever de transparência das autarquias federais, venho requerer informações oficiais sobre fatos recentes envolvendo:

1. O acordo de leniência / termo de compromisso firmado entre o Banco Central do Brasil e o ex-presidente Roberto Campos Neto, no âmbito de processo administrativo relacionado a operações de câmbio irrestritas no período em que ocupou cargo de direção no Banco Santander;
2. O subsequente arquivamento do Processo Administrativo Sancionador (PAS) pelo Comitê de Processos Administrativos Sancionadores (Copas);
3. A regularidade da atuação do Banco Central na condução, análise e julgamento dessas operações e da eventual existência de conflito de interesse institucional;
4. Possíveis impactos das decisões tomadas sobre a integridade regulatória e a credibilidade do Sistema Financeiro Nacional.

Diante disso, solicito que o Banco Central responda objetivamente às seguintes questões:



I – Sobre o Acordo de Leniência / Termo de Compromisso

1. Quais foram os fundamentos jurídicos e normativos que embasaram a celebração do termo de compromisso com o ex-presidente Roberto Campos Neto?
2. O termo prevê confissão de responsabilidade? Caso negativo, explique o racional jurídico utilizado.
3. Quais critérios foram empregados para fixação do valor de R\$ 300 mil como obrigação pecuniária?
4. Houve pareceres internos da Procuradoria-Geral do Banco Central (PGBC)? Favor encaminhar cópia integral, com eventuais tarjas apenas quando estritamente amparadas pela Lei nº 12.527/2011.

II – Sobre o Processo Administrativo Sancionador (PAS)

5. Encaminhar cópia integral do processo que culminou no arquivamento do PAS.
6. O Comitê de Processos Administrativos Sancionadores (Copas) deliberou por unanimidade? Enviar registro da votação e da ata.
7. Quais foram os elementos considerados para concluir que não havia indícios suficientes de infração grave ou gestão temerária?
8. Em que medida a posição anteriormente ocupada pelo investigado (presidente do BC) influenciou o procedimento ou gerou impedimentos, suspeições ou redistribuições internas?

III – Sobre Procedimentos de Compliance e Prevenção de Conflito de Interesses

9. Quais normas internas disciplinam a análise de processos envolvendo ex-dirigentes do Banco Central?



Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Federal **Zeca Dirceu** PR/PR

10. Houve participação de servidores, diretores ou procuradores que tenham atuado diretamente sob o comando do investigado em gestões passadas?

11. Houve consulta ao Comitê de Ética Pública? Em caso afirmativo, favor encaminhar decisões.

IV – Sobre Operações de Câmbio do Santander

12. O Banco Central auditou operações de câmbio irrestritas conduzidas ou supervisionadas por Roberto Campos Neto no Santander? Encaminhar relatórios.

13. Houve infrações identificadas nas chamadas “contas-ônibus” ou em operações de estruturação de derivativos?

14. Houve comunicação ao Coaf? Se sim, enviar a íntegra das comunicações, preservadas informações protegidas por sigilo legal.

V – Sobre Governança e Impacto Institucional

15. Houve alertas internos sobre possíveis repercussões reputacionais para o Banco Central antes da assinatura do acordo?

16. A atual presidência do Banco Central pretende rever normas de governança, integridade e procedimentos sancionadores à luz desse episódio? Quais medidas estão em estudo?

Justificativa:

O conjunto de fatos envolvendo o acordo de leniência, o arquivamento do processo administrativo e a atuação prévia de Roberto Campos Neto como executivo do setor bancário suscita questionamentos relevantes sobre transparência regulatória, conflito de interesses, governança institucional e segurança do Sistema Financeiro Nacional.




Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Federal **Zeca Dirceu** PR/PR

A Câmara dos Deputados tem competência constitucional para fiscalizar todos os órgãos da Administração Direta e Indireta, incluídas as autarquias especiais, nos termos dos arts. 49, X, 50 e 70 da Constituição Federal.

A plena publicidade dos atos do Banco Central é condição essencial para preservar sua legitimidade, especialmente em um contexto de autonomia operacional fortalecida desde a Lei Complementar nº 179/2021.

Sem mais para o momento, apresento votos de estima e apreço.

Atenciosamente,


ZECA DIRCEU
Deputado Federal PT/PR



Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Federal **Zeca Dirceu** PR/PR

OFÍCIO Nº 481/2025 – GAB/ZD

Brasília, 24 de novembro de 2025.

Exmo Senhor

GABRIEL MURICCA GALÍPOLO

Diretor Presidente do Banco Central do Brasil

Brasília - DF

Assunto: Solicita informações, documentos e cópia integral dos processos administrativos relativos à supervisão, intervenções e autorização de alterações societárias envolvendo Banco Master, Planner Corretora, Fictor Holding e LetsBank/BlueBank.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, venho, por meio deste, expor o que segue: Nos termos das prerrogativas parlamentares de fiscalização e controle da Administração Pública, previstas nos arts. 49, X, e 50, caput, da Constituição Federal; no art. 27, II e III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados; e considerando o dever de transparência das autarquias federais, venho requerer o envio de informações e documentos pelo Banco Central do Brasil acerca dos fatos recentes envolvendo o Banco Master S. A., a empresa Fictor, a corretora Planner, e a alteração societária do LetsBank/BlueBank.

Os fatos amplamente noticiados na imprensa — incluindo a decretação de liquidação extrajudicial, bloqueio de bens de administradores, tentativas de aquisição por grupo cuja origem dos recursos é controversa, e possíveis relações com operações envolvendo regimes próprios de previdência (RPPS) — levantam questões graves sobre a supervisão prudencial, os processos de due diligence e o acompanhamento regulatório realizados pelo Banco Central.

Diante disso, requeiro ao Banco Central do Brasil o envio das seguintes informações e documentos:

I – SOBRE O BANCO MASTER S.A.

1. Cópia integral do processo administrativo que resultou na liquidação extrajudicial da instituição, incluindo:

- Relatórios de supervisão;



Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Federal **Zeca Dirceu** PR/PR

- Pareceres técnicos;
 - Cronologia das ações adotadas pela supervisão;
 - Parecer jurídico;
 - Nota técnica que fundamentou a liquidação.
2. Relatórios de acompanhamento prudencial dos últimos 24 meses, incluindo:
- Fluxos de caixa analisados pela supervisão;
 - Participações societárias declaradas;
 - Operações relevantes com partes relacionadas;
 - Demonstrações financeiras submetidas ao BC no período.
3. Informações sobre comunicações feitas ao Coaf pelo BC ou recebidas pelo BC que envolvam o Banco Master, seus administradores ou empresas vinculadas.

II – SOBRE A TENTATIVA DE AQUISIÇÃO PELO GRUPO FICTOR

4. Informações completas sobre o pedido de análise da operação de aquisição do Banco Master pelo grupo Fictor, incluindo:
- Contratos apresentados;
 - Comprovação da origem dos recursos;
 - Estrutura societária dos compradores;
 - Documentos de due diligence recebidos;
 - Motivo formal pelo qual a operação não avançou.
5. Informe se o Banco Central constatou inconsistências, ausência de lastro, documentos incompletos ou falsos na operação anunciada publicamente como “aporte bilionário”.
6. Informe se o BC avaliou o risco de manobra societária destinada a atrasar medidas de supervisão (“cortina de fumaça”).

III – SOBRE A CORRETORA PLANNER E RELAÇÃO COM RPPS

7. Relatórios ou informações sobre operações intermediadas pela Planner que envolveram:
- Fundos de RPPS municipais ou estaduais;
 - Títulos ou operações originadas pelo Banco Master;
 - Eventos identificados como possíveis conflitos de interesse.
8. Indicar se há processos sancionadores, auditorias, investigações ou inspeções em andamento envolvendo a Planner no contexto do caso Master.

IV – SOBRE LETSBANK / BLUEBANK (MAURÍCIO QUADRADO)

9. Cópia integral do processo de autorização para:



Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Federal **Zeca Dirceu** PR/PR

- Mudança de controle societário;
- Mudança de nome para BlueBank;
- Eventuais operações de reestruturação ou venda.

10. Pareceres de due diligence, incluindo:

- Verificação de origem de recursos;
- Verificação de vínculos entre controladores e terceiros investigados no caso Master.

V – SOBRE SUPERVISÃO E GOVERNANÇA REGULATÓRIA

11. Relatório indicando:

- Ações preventivas adotadas entre 2023 e 2025;
- Pontos de atenção identificados pela supervisão;
- Falhas reconhecidas pelo BC ou ações corretivas adotadas após o caso.

12. Comunicações formais entre o BC, a CVM, a Previc, o Coaf e outros órgãos sobre o caso.

JUSTIFICATIVA

A natureza dos fatos exige total transparência, especialmente devido à possível utilização de estruturas financeiras para ocultação de recursos, à tentativa de venda com origem duvidosa e ao risco de exposição indevida de recursos públicos de RPPS.

Também é necessário examinar se houve falhas processuais ou insuficiência na supervisão prudencial. Dessa forma, o envio das informações solicitadas é indispensável ao exercício da atividade fiscalizatória do Parlamento, conforme previsto na Constituição.

Sem mais para o momento, apresento votos de estima e apreço.

Atenciosamente,

ZECA DIRCEU

Deputado Federal PT/PR



Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Federal **Zeca Dirceu** PR/PR

OFÍCIO Nº 482/2025 – GAB/ZD

Brasília, 04 de dezembro de 2025.

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão de Valores Mobiliários-CVM
Rio de Janeiro-RJ

Assunto: Solicita abertura de processo administrativo para apurar irregularidades envolvendo Banco Master, Planner Corretora, Fictor Holding e operações com fundos e RPPS.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, venho, por meio deste, expor o que segue:
Nos termos da Lei nº 6.385/1976, no exercício de atribuições constitucionais, solicito a abertura de processo administrativo para apurar possíveis irregularidades no mercado de capitais envolvendo:

- Planner Corretora de Valores,
- Banco Master S.A.,
- Fictor Holding / Fictor Ventures,
- fundos e produtos financeiros distribuídos a Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS),
- e eventuais conexões com operações relacionadas ao LetsBank/BlueBank.

1. FATOS RELEVANTES

Notícias de ampla repercussão nacional e registros oficiais do Banco Central apontam:

- (a) Liquidação extrajudicial do Banco Master, com bloqueio de bens de administradores;
- (b) Tentativa de aquisição pelo grupo Fictor, com indícios de ausência de lastro e possibilidade de simulação;



- (c) Participação da Planner como intermediária central em aplicações de RPPS e fundos vinculados ao grupo Master;
- (d) Potencial conflito de interesses e alocação de recursos públicos em produtos de risco não declarado;
- (e) Opacidade nas operações de distribuição e na formatação de produtos ofertados ao setor público.

Esses elementos configuram, em tese, violações à Lei 6.385/1976, ao dever de diligência de intermediários, ao dever de transparência na distribuição de valores mobiliários, e ao art. 27-C (informações falsas ou enganosas).

2. PEDIDOS

(1) Abra Processo Administrativo Sancionador (PAS) para apurar possíveis práticas ilícitas envolvendo:

- Planner Corretora;
- Banco Master;
- Fictor;
- administradores e consultores envolvidos na estruturação e distribuição de produtos;
- gestoras que eventualmente participaram de operações com RPPS.

(2) Determine a coleta de documentos e dados referentes a:

- Ordens de compra, venda e intermediação da Planner com RPPS e fundos;
- Notas de negociação e contratos de distribuição;
- Comunicação interna entre corretoras, distribuidoras e gestores;
- Informações prestadas aos RPPS e aos cotistas.

(3) Avalie se houve:



Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Federal **Zeca Dirceu** PR/PR

- Oferta pública irregular;
- Representações enganosas sobre risco, lastro ou liquidez;
- Falta de suitability na distribuição a entes públicos;
- Conflito de interesse entre corretoras e emissores;
- Artifícios para mascarar situação econômico-financeira do Banco Master.

(4) Solicite cooperação com o Banco Central, Previc e Coaf.

3. JUSTIFICATIVA

Há indícios consistentes de que recursos públicos previdenciários podem ter sido expostos a riscos indevidos e de que intermediários do mercado de capitais tiveram participação ativa na estruturação de operações potencialmente danosas a RPPS e investidores.

A CVM possui competência legal para supervisionar intermediários, fiscalizar distribuição de valores mobiliários, apurar informações falsas e proteger investidores — especialmente quando recursos públicos estão envolvidos.

Sem mais para o momento, apresento votos de estima e apreço.

Atenciosamente,

ZECA DIRCEU

Deputado Federal PT/PR



Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Federal **Zeca Dirceu** PR/PR

OFÍCIO Nº 483/2025 – GAB/ZD

Brasília, 24 de novembro de 2025.

Exmo Senhor

RICARDO PENA PINHEIRO

Superintendente da PREVIC – Superintendência Nacional da Previdência Complementar

Brasília - DF

Assunto: Solicita auditoria e investigação sobre exposição de RPPS e entidades fechadas aos produtos ligados ao Banco Master, Planner e Fictor.

Excelentíssimo Senhor Superintendente,

Cumprimentando-o cordialmente, venho, por meio deste, expor o que segue:
Nos termos da Lei Complementar nº 109/2001 e da competência fiscalizatória da Previc, venho solicitar abertura de procedimento de auditoria e investigação envolvendo:

- Banco Master S.A.
- Planner Corretora,
- Fictor Holding,
- fundos de investimento e operações com Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) e EFPCs eventualmente expostos ao caso.

1. MOTIVAÇÃO

Reportagens nacionais e medidas oficiais do Banco Central apontam para:

(a) Risco potencial de que produtos financeiros ligados ao Banco Master tenham sido distribuídos a RPPS por meio da Planner;



- (b) Possível inadequação de risco, ausência de transparência e falha de diligência;
- (c) Indícios de conflito de interesses e de que gestores foram orientados a aplicar em produtos com informações incompletas;
- (d) Eventual simulação de capacidade financeira do grupo Fictor, podendo afetar lastro de operações vinculadas a previdências públicas.

2. PEDIDOS

Solicita-se à Previc:

(1) Auditoria específica sobre operações realizadas por RPPS e EFPC com:

- títulos ou produtos emitidos pelo Banco Master;
- fundos que detenham ativos originados do Master;
- operações intermediadas pela Planner.

(2) Requisição aos RPPS e EFPC de:

- Notas de negociação;
- Contratos;
- Material de oferta e suitability;
- Pareceres internos de risco;
- Justificativas para aplicação.

(3) Verificação da existência de:

- prejuízos potenciais ou efetivos;
- violação aos princípios da segurança, solvência e responsabilidade na gestão dos ativos;



Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Federal **Zeca Dirceu** PR/PR

- omissões ou informações enganosas por parte de intermediários.

(4) Cooperação com:

- Banco Central (supervisão prudencial),
- CVM (intermediação e fundos),
- Coaf (movimentações suspeitas).

3. JUSTIFICATIVA

Dada a gravidade dos indícios envolvendo recursos de previdência pública e complementar, é imprescindível auditoria técnica rigorosa para preservar o equilíbrio atuarial, evitar prejuízos e garantir responsabilização de agentes financeiros ou gestores que possam ter praticado atos irregulares.

Trata-se de medida essencial para assegurar a integridade dos regimes de previdência e a proteção do patrimônio público.

Sem mais para o momento, apresento votos de estima e apreço.

Atenciosamente,

ZECA DIRCEU

Deputado Federal PT/PR



Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Federal **Zeca Dirceu** PR/PR

OFÍCIO Nº 484/2025 – GAB/ZD

Brasília, 24 de novembro de 2025.

Exmo Senhor

PAULO GONET BRANCO

Procurador-Geral da República

Ministério Público Federal

Brasília - DF

Assunto: Requer abertura de procedimento investigatório sobre possíveis práticas de crimes financeiros, lavagem de dinheiro, gestão fraudulenta, fraudes societárias e uso indevido de recursos previdenciários envolvendo Banco Master S.A., Fictor Holding, Planner Corretora, LetsBank/BlueBank e seus administradores.

Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral,

Cumprimentando-o cordialmente, venho, por meio deste, expor o que segue:
Com fundamento no art. 129, incisos II e III, da Constituição Federal, e no exercício de atribuições constitucionais e regimentais, venho solicitar a abertura de procedimento investigatório para apurar fatos graves recentemente divulgados pela imprensa que envolvem:

- Banco Master S.A.,
- Planner Corretora,
- Fictor Holding / Fictor Ventures,
- LetsBank/BlueBank,
- e seus administradores e controladores.

1. FATOS RELEVANTES

Reportagens de veículos nacionais e documentos oficiais do Banco Central revelam:

(a) Liquidação extrajudicial do Banco Master

O BC decretou liquidação extrajudicial e bloqueou bens de executivos, indicando a existência de indícios de irregularidades graves.

(b) Tentativa de compra do Banco Master por grupo Fictor – possível “cortina de fumaça”



A Fictor anunciou publicamente aporte bilionário por um suposto consórcio estrangeiro, mas investigações jornalísticas apontam:

- ausência de comprovação da origem dos recursos,
- estrutura societária sem lastro,
- indivíduos sem capacidade financeira declarada para operação,
- suspeita de utilização do anúncio para postergar ou obstruir ações regulatórias.

(c) Possível uso indevido de recursos de RPPS via intermediários

A corretora Planner aparece como operadora central na oferta de produtos financeiros do grupo Master a fundos de previdência municipais e estaduais (RPPS), com risco de:

- direcionamento indevido de aplicações,
- conflito de interesses,
- prejuízo potencial a recursos previdenciários públicos.

(d) Alterações societárias envolvendo LetsBank/BlueBank

Alteração de controle e mudança de nome foram autorizadas pelo Banco Central recentemente, havendo indícios de interseção societária e de agentes comuns a operações relacionadas ao caso Master.

2. HIPÓTESES DE CRIMES A INVESTIGAR

À luz dos fatos, é necessária apuração rigorosa quanto à possível prática dos seguintes delitos:

- ✓ Lavagem de dinheiro - (Lei 9.613/1998) - estruturação societária para ocultar origem de recursos, movimentações suspeitas e tentativas de simular operações de aquisição).
- ✓ Gestão fraudulenta e temerária de instituição financeira -(Lei 7.492/1986).
- ✓ Fraudes societárias e falsidade documental - (simulação de aporte, contratos sem respaldo, uso de holdings com origem desconhecida).
- ✓ Estelionato e fraude contra investidores e RPPS - oferta de produtos sem lastro ou com informações incompletas para fundos de previdência.



✓ Obstrução de ação fiscalizatória do Banco Central (simulação de venda para postergar intervenção ou liquidação).

✓ Eventual conluio com intermediários (corretora) para alocação indevida de recursos previdenciários públicos.

3. PEDIDOS DO REQUERENTE

Diante do exposto, o requerente solicita:

(1) Abertura de Procedimento Investigatório Criminal ou Civil (PIC/PICc) para apuração ampla dos fatos narrados.

(2) Solicitação ao Banco Central dos seguintes documentos:

- processo completo de supervisão do Banco Master nos últimos 36 meses;
- dossiê de análise da tentativa de aquisição pelo grupo Fictor;
- relatórios de prevenção à lavagem (PPGG e comunicações ao Coaf);
- processos referentes à alteração societária do LetsBank/BlueBank.

(3) Requisição à CVM de informações sobre operações realizadas por fundos de investimento e RPPS intermediados pela Planner, inclusive ordens, contratos, notas e auditorias.

(4) Requisição à Previc e órgãos estaduais de RPPS do histórico de aplicações em produtos financeiros ligados ao Banco Master e intermediados pela Planner.

(5) Avaliação da necessidade de:

- quebra de sigilos bancário, fiscal e telemático (com autorização judicial);
- cooperação internacional para rastreamento de recursos;
- auditoria forense independente.

4. JUSTIFICATIVA

Há indícios consistentes, divulgados por veículos de imprensa e confirmados por decisões oficiais do Banco Central, de que:



Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Federal **Zeca Dirceu** PR/PR

- operações financeiras podem ter sido utilizadas para ocultar recursos,
- aportes societários podem ter sido simulados,
- houve possível uso de intermediários para captar recursos de previdências públicas,
- e houve tentativa de criar barreiras à ação fiscalizatória.

Diante disso, é imprescindível ação imediata do Ministério Público Federal para proteger o sistema financeiro nacional, proteger recursos previdenciários públicos e assegurar responsabilização de eventuais envolvidos.

Sem mais para o momento, apresento votos de estima e apreço.

Atenciosamente,

ZECA DIRCEU

Deputado Federal PT/PR